

Uber: tão influente como pouco rentável

A Uber e a Airbnb são as faces mais visíveis da economia de colaboração. No entanto, as contas de uma e da outra são bem diferentes. Embora em ambos os casos as despesas tenham superado as receitas no ano passado, a diferença é de 150 milhões de dólares para a empresa de aluguer de andares, enquanto que a Uber está há vários anos a perder cerca de mil milhões. Além disso, as receitas da Airbnb cresceram fortemente desde a sua fundação, enquanto que o ritmo na Uber foi mais discreto.

Segundo informa a Bloomberg (25.8.2016), a empresa [perdeu](#) 4000 milhões desde que foi criada em 2009. Grande parte da culpa reside nos incentivos que, principalmente na China, recebem alguns dos seus condutores. O país asiático foi um buraco negro para as finanças da empresa nos últimos anos. Para procurar competir com a Didi Chuxing, que tem um serviço de aluguer de veículos – com e sem condutor – muito popular no país, a Uber China lançou-se numa campanha de captação de condutores (aí entram os incentivos) e de redução de preços que a levou a perder 2000 milhões de dólares nos últimos dois anos. Por fim, lançou a toalha e acabou por anunciar um acordo para ser absorvida pela Didi em troca de 17 % da empresa e de um “presentinho” de 1000 milhões pela sua retirada do mercado.

Embora a Uber tenha fechado em falso a sua etapa na China, a sua estratégia aí é coerente com o que a empresa tem vindo a fazer ao longo dos anos noutros lugares: conseguir quota de mercado seja a que preço for, desde que domine o setor. Nos EUA controla, segundo a própria empresa, cerca de 85 % do negócio, embora a Lyft, a sua grande concorrente no país, saliente que a percentagem diminuiria se só se tivessem em conta as cidades em que estão disponíveis ambos os serviços. Também no Canadá, Austrália ou Reino Unido, a empresa californiana está na dianteira.

Na Europa, pelo contrário, a Uber está a ter que enfrentar uma dura batalha com outras empresas do setor que estão há mais tempo no terreno, como a BlaBlaCar em França, ou a MyTaxi na Alemanha e Espanha. A Ásia é o continente que mais está a resistir à empresa de São Francisco. Como na China, também na Índia ou no Japão, tem rivais muito mais populares.

Além da luta pela quota de mercado, a Uber teve de enfrentar outra de carácter legal em quase todas as regiões onde

desembarcou. As queixas foram praticamente as mesmas: que os condutores da Uber não têm de pagar as licenças e impostos que se exigem aos taxistas; que a formação requerida também é menor; que a procura já estava suficientemente coberta com os táxis; ou que a de regularização das tarifas situava o cliente numa posição de vulnerabilidade.

Um cenário paradigmático do conflito entre a Uber e os taxistas tem sido Portugal, onde a empresa californiana está muito desenvolvida e bem [avaliada](#) pela sociedade. A principal associação dos táxis (ANTRAL) denunciou a Uber por violar as leis portuguesas para o transporte de passageiros e por concorrência desleal. Em abril de 2015, um tribunal civil de Lisboa admitiu a queixa judicial e obrigou a Uber a cessar a sua atividade e a fechar o sítio *web* e a aplicação móvel. Meses mais tarde, o veredito [foi ratificado](#), mas o recurso interposto pela Uber foi aceite em meados deste ano.

A Uber sempre defendeu que a maior parte dos seus impostos ficam em Portugal (embora alguns sejam tributados na Holanda, onde a empresa tem a sede que se encarrega do funcionamento em vários países europeus, entre os quais, Portugal). Além disso, salienta que, ao contrário dos taxistas, os seus condutores não recebem nenhum benefício fiscal ou vantagens na compra de veículos. Muito menos desfrutam de outros privilégios dos táxis, como os lugares de estacionamento em espaço público, a pista reservada para eles ou poderem ser contratados “ao nível da rua” (os serviços da Uber têm de ser reservados de antemão através da *web* ou da aplicação). Todas estas despesas [compensam](#), na opinião dos diretores da empresa, o que deixam de pagar em termos de licenças.

Outro cavalo de batalha dos taxistas contra a Uber foi a falta de controlo estatal sobre a formação dos seus condutores. Esta queixa também aconteceu noutros países, mas o governo de Portugal foi pioneiro na solução. Em troca de exigir aos condutores da Uber que recebam cursos similares aos que têm de frequentar os taxistas, também estes serão submetidos à avaliação dos utentes, que farão isso no serviço (e poderão apresentar queixas) numa *web* gerida pela administração pública. Deste modo, o executivo nivela o campo de concorrência, preservando as características próprias de cada um dos dois modelos.

A solução portuguesa mostra a capacidade da Uber para provocar alterações legislativas que possam facilitar o enraizamento da denominada economia de colaboração.

Entretanto, em outubro de 2016, após informações que o governo estava a preparar nova legislação, houve protestos por parte dos taxistas, estando agora em curso a elaboração de nova proposta.

F. R.-B.

Igualdade de oportunidades, nova bandeira do governo britânico

Num importante discurso, pronunciado em 11 de janeiro, o então primeiro-ministro britânico, David Cameron, apresentou a nova estratégia do seu governo para reduzir o fosso de oportunidades entre ricos e pobres. Embora o plano definitivo avançasse mais tarde, esse [discurso](#) adiantou na altura algumas medidas concretas.

Sublinhou que na luta contra a pobreza se tem de fugir de dois extremos: nem somente o Estado, nem somente o mercado. “Ambas as abordagens têm uma coisa em comum: centram-se no económico e ignoram o social. Negligenciam a dimensão humana da pobreza”.

Daí ter Cameron referido as causas sociais que levam as pessoas a ficarem presas no ciclo da pobreza. Além das mais evidentes, como o desemprego ou os baixos salários, o novo plano do governo (“Life Chances Strategy”) destaca outras quatro: a instabilidade familiar, as desvantagens educativas, o enfraquecimento dos vínculos comunitários e o deficiente tratamento dos problemas relacionados com a saúde mental.

Para promover a estabilidade familiar, o governo duplicará ao longo dos próximos 5 anos o orçamento destinado à assessoria a casais e às aulas de parenta-idade, elevando-o para 70 milhões de libras. Já havia aulas para mães e pais que o eram pela primeira vez, mas agora amplia-se a oferta. Os cursos [continuarão a ser ministrados](#) pelas organizações aprovadas pelo governo: Relate, Marriage Care e One Plus Care.

Outra prioridade será o programa “The Troubled Families”, que desde 2012 alcançou 120 000 famílias marginais. A cada família é atribuído um trabalhador social, que ajuda os pais a procurar emprego e garante que os filhos vão à escola. O objetivo para os próximos 5 anos é alcançar outras 400 000 famílias.

Em setembro de 2014, a Comissão de Mobilidade Social e Pobreza Infantil da Grã-Bretanha provocou um intenso [debate](#) sobre a igualdade de oportunidades (“Aceprensa”, 1.9.2014).

Após constatar que as profissões mais influentes do país eram assumidas por aqueles que haviam estudado em escolas e universidades privadas, os especialistas concluíram que, na Grã-Bretanha, “existem sérios obstáculos à mobilidade social: dada a importância que tem a educação em centros privados, as expectativas de progresso na escala social parecem reservadas aos que partem com vantagem”.

O governo britânico encarou o desafio. Para alterar esta situação, propôs-se estender ao maior número possível de jovens algumas iniciativas que funcionam nas melhores escolas do país, também estatais.

Uma é a educação do caráter. Reivindica-se o estilo educativo de Amy Chua, conhecida como a “[mãe tigre](#)”, que insiste na diligência, na constância, na confiança em si mesma da pessoa e na capacidade de recuperar dos fracassos. O plano levará “a todas as escolas do país” o que até agora tinha sido “um sinal diferenciador da maior parte das escolas de elite”.

De momento, adianta que se criará um novo módulo para educar o caráter e que reforçará o “National Citizen Service” (NCS), um programa voluntário de 30 horas no qual jovens de 16 e 17 anos trabalham em equipa para desenhar iniciativas sociais que beneficiem os seus bairros.

“O NCS ensina aos jovens o poder do serviço público e não apenas o do interesse pessoal”. Com esta mensagem, parece que o governo britânico quer destacar que a educação do caráter consiste não só em exigir para o sucesso, à maneira da “mãe tigre”, como também em ajudar os outros.

Outras medidas seguem o que propõe o politólogo de Harvard, Robert Putnam, no seu livro “[Our Kids](#)” (“Aceprensa”, 16.4.2015), que David Cameron cita. Para Putnam, a ausência de referentes de fora da família é do que mais falta faz aos filhos de famílias pobres. O “Life Chances Strategy” destinará 70 milhões de libras para formar mentores que orientem adolescentes de bairros pobres, na vida e nos estudos.

Para reduzir o fosso de oportunidades entre os alunos de escolas de elite e os restantes, o programa também prevê:

1. Incentivar as práticas profissionais durante a fase escolar, o que permitirá aos adolescentes mais desfavorecidos conhecer possíveis mentores e começar a criar uma rede de contactos.
2. Difundir a cultura através de um programa subsidiado que aproxime os museus, o teatro ou os concertos dos jovens de bairros modestos.
3. Combater a discriminação nos procedimentos de seleção de pessoal. A título de exemplo, Cameron citou o pedido que fez às empresas, universidades e organismos do setor público para começarem a utilizar formulários que não mostrem o nome dos candidatos, de forma que apenas sejam avaliados pelos seus méritos.

O primeiro-ministro fechou o seu discurso a pedir um debate nacional sobre o modo de retirar o estigma às doenças

mentais. E prometeu mais ajudas, como 1250 milhões de libras em tratamentos a crianças e jovens.

A impressão que deixa o plano governamental é que, depois de uma legislatura marcada pelos cortes sociais, pretende dar uma mãozinha e combater a pobreza. O líder tory anunciou esta mudança na apresentação do programa com o qual ganhou a maioria absoluta, quando [disse](#) que não tinha entrado na política “simplesmente para equilibrar as contas”, mas para oferecer “uma boa vida” aos cidadãos.

J. M.

A educação diferenciada não é discriminação

O Tribunal Constitucional espanhol apoiou, numa [decisão](#), a liberdade dos pais para escolher a modalidade de ensino que preferem para os seus filhos, e fê-lo contra a decisão da Junta da Andaluzia de negar o financiamento aos colégios com contrato de associação de educação diferenciada.

Nessa comunidade autónoma, existem 3000 alunos matriculados em 12 centros deste tipo, mas em fevereiro de 2013, o governo que ainda era presidido por José Antonio Griñán, entendeu que se lhes devia retirar o financiamento, por serem centros que “discriminam pelo sexo”, segundo a sua interpretação da Lei Orgânica de Educação, de 2006. Nela, estipulava-se que “em nenhum caso haverá discriminação por razão de nascimento, raça, sexo, religião, opinião ou qualquer outra condição ou circunstância pessoal ou social” (art. 84.3).

Perante a decisão do governo autonómico, um dos colégios afetados, Ribamar, interpôs recurso para o Tribunal Superior de Justicia de Andalucía (TSJA), contra o Despacho da Secretaria da Educação andaluza de não lhe entregar novos fundos. Em resposta a essa ação, o advogado da Junta alegou a inconstitucionalidade do artigo 17.8 da Lei do Orçamento Geral do Estado de 2013.

Aí estipulava-se: “O estabelecido neste artigo será plenamente aplicável ao financiamento de todos os colégios com contrato de associação, incluindo os de educação diferenciada que oferecem escolaridade a alunos de um único sexo, e isso, independentemente do modelo de agrupamento de alunos que realizem os centros docentes no exercício das suas competências”. Segundo a Junta, esta disposição violava o art. 81 da Constituição, referente à essência das leis orgânicas, assim como o princípio de igualdade, expresso nos artigos 9.3 e 14.

Daí, o TSJA determinou, em novembro de 2014, levantar a questão de inconstitucionalidade sobre o artigo 17.8 da Lei Orçamental, a qual foi admitida pelo TC em fevereiro de 2015.

Depois de examinar o assunto, no entanto, o Constitucional entendeu que o TSJA ignorou a nova formulação do artigo 84.3 na reforma da lei educativa de 2013 (a LOMCE), uma modificação necessária para esclarecer o que não pode ser considerado discriminação: “Não constitui discriminação admitir alunos e alunas ou a organização do ensino diferenciado por sexos, desde que o ensino ministrado se desenvolva de acordo com o disposto no artigo 2 da Convenção relativa à luta contra as discriminações na esfera do ensino, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO a 14 de dezembro de 1960”.

“Em nenhum caso, a escolha da educação diferenciada por sexos poderá implicar para as famílias, alunos e alunas e centros correspondentes um tratamento menos favorável, nem uma desvantagem, no momento de subscrever contratos com as Administrações educativas ou noutro aspeto. Para estes efeitos, os centros deverão expor no seu projeto educativo as razões educativas da escolha desse sistema, assim como as medidas académicas que desenvolvam para favorecer a igualdade”.

À luz destes argumentos, o Tribunal Constitucional decidiu não admitir o pedido de “inconstitucionalidade” promovido pela máxima instância judicial da Andaluzia.

Depois da decisão, outros centros de educação diferenciada que, além do Ribamar, denunciaram perante o TSJA a medida do governo autonómico (os colégios sevilhanos de Nuestra Señora de Lourdes de Carmona, Altair, Albaydar, Molino Azul e Elcható, assim como Torrealba, Zalima e Yucatal, de Córdoba) esperam que lhes seja entregue o montante dos fundos públicos que deixaram de receber durante o ano letivo de 2013-2014.

“Milagre no Rio Hudson”

“Sully”

Realizador: Clint Eastwood

Atores: Tom Hanks; Aaron Eckhart

Duração: 96 min.

Ano: 2016

Em 2009, um avião de passageiros aterra de emergência no rio Hudson em Nova Iorque. Todos sobrevivem. Este filme baseia-se neste acontecimento, centrando a sua história no principal piloto, o comandante “Sully”. O realizador Clint Eastwood revela o intenso processo judicial a que é sujeito o

piloto, acusado de ter posto em perigo a vida dos ocupantes do avião, por não ter tentado aterrar num dos aeroportos mais próximos. Além disso, surgem rumores de que o comandante tomara essa decisão para demonstrar o seu valor, numa atitude egocêntrica de quem pretende ficar na “História” por façanhas inauditas, desprezando o impacto na vida dos outros. As acusações são graves e contrastam com a aclamação unânime da imprensa que vê em Sully um herói.

Tudo é muito rápido e os interrogatórios precisam de chegar a uma conclusão. Um dos aspetos interessantes em todo esse processo, é que o comandante vai contar com o apoio dos outros desde o princípio. Não se fecha em si mesmo. Fala e comenta com o copiloto todas as decisões tomadas. Pede auxílio a colegas e conhecidos para que lhe forneçam os dados de que necessita e no final prova a sua inocência! Não quer os louros para si. Sabe bem que só “com e pelos outros” é que surgem os milagres...

Tópicos de análise:

1. Falar com outros permite enquadrar melhor um problema.
2. Selecionar as pessoas a quem pedir conselho, torna eficaz a ajuda.
3. Tomar uma decisão certa depende dos “dados reais” disponíveis ao agir.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins
Professor da AESE

